



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ATA N.º 29

#### 21.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Portalegre, no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Adriano Pires Ventura, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Manuel Canhoto (em substituição de Branca José Janeiro Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Barradas (em substituição de Luís Barata, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuela Pedroso (em substituição de Ana Luísa Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Alentejano, Sílvia Maria Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, João Vivas (em representação de Vera Caixeiro, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marília Lacão (em representação de Luís Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço e Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:15 horas.----

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente informou os membros da proposta dos tempos definidos para a discussão de cada ponto da ordem de trabalhos, tendo os membros da Assembleia aceite a mesma. -----

#### **Período de intervenção dos cidadãos:**

Não houve inscritos. -----

#### **Período antes da ordem do dia:**

A Presidente da Mesa deu nota do expediente recebido. Relativamente a Almaraz e à sessão extraordinária, realizada em julho passado, disse ter ficado deliberado que a Assembleia Municipal de Portalegre marcaria uma posição política, preferencialmente, com uma moção conjunta. Foi pedido o contributo dos vários grupos municipais, tendo sido recebido um contributo escrito do Partido Socialista, que foi tomado como base e que foi enriquecido com outros contributos da CDU e do CLIP tendo a moção final englobado as contribuições de todos os grupos. Isto dito, passou a ler a moção, com vista à sua posterior votação:

#### **MOÇÃO CONJUNTA PELO ENCERRAMENTO DA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ, EM ESPANHA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Na sequência de deliberação aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 28 de abril de 2017, realizou-se no passado dia 28 de julho de 2017, uma sessão extraordinária, na qual Assembleia Municipal de Portalegre promoveu um debate sobre a Central Nuclear de Almaraz, do qual resulta a presente moção conjunta;

Considerando:

- Que a Central Nuclear de Almaraz, em Espanha dista apenas cerca de 100 Km da fronteira com Portugal;
- Que a dita Central, cuja construção se iniciou nos anos setenta do século passado e dispõe dos reatores nucleares mais antigos e obsoletos de Espanha, com registo de sucessivos incidentes, deveria ter sido encerrada em 2010, estando já ultrapassado o respetivo tempo de vida útil;
- Os registos do Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol evidenciam sérios riscos de segurança, em resultado de sucessivos incidentes no sistema de refrigeração;
- O valor inestimável da vida e segurança das populações no âmbito transfronteiriço e até transnacional, em contraponto com o lucro de acionistas como a Endesa, Iberdrola ou a Gas Fenosa;
- Que não podem ser ignorados, nem descurados o perigo e os riscos de segurança para o bem-estar das populações, que a continuidade do funcionamento da central nuclear de Almaraz representa;
- Que, no caso de ocorrer algum acidente grave em Almaraz, Portugal sofrerá uma enorme ameaça seja pela contaminação do ar seja pela contaminação da água, afetando o Rio Tejo com impactos incomensuráveis e de difícil previsão, como ficou demonstrado no debate ocorrido em sede de Assembleia Municipal;
- Que ao Governo Português compete defender os interesses do seu povo e do seu território, mas que a sustentabilidade global é responsabilidade de todos.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 17 de janeiro de 2017, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

Manifestar-se pela necessidade urgente e imediata do encerramento da Central Nuclear de Almaraz, exortando o Governo Português a intervir nesse sentido, junto do Governo Espanhol, em cumprimento, aliás, da Resolução da Assembleia da República n.º 107/2016 de 29 de abril.

Enviar a:

Sua Excelência, Senhor Presidente da República

Sua Excelência, Senhor Primeiro-Ministro

Suas Excelências, Senhores Ministros da Saúde, Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Exm.ºs Senhores Presidentes das Assembleias Municipais de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Évora Beja, Faro e respetivas Comunidades Intermunicipais.

QUERCUS -PT

MIA - Movimento Ibérico Anti-Nuclear - PT/ES

ADENEX - ES”

Raúl Cordeiro pediu a palavra para acrescentar que a moção poderia também ser dirigida às Comunidades Intermunicipais fronteiriças -----

A Presidente da Mesa disse que a sugestão estava aceite, não havendo oposição de ninguém, o que se verificou.-----

A moção foi colocada então a votação.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção conjunta.-

Hugo Capote, pediu a palavra, para em nome da CDU, agradecer a todos aqueles que iam cessar a sua atividade como membros daquela Assembleia Municipal, alguns deles por força do processo democrático, outros pelo facto de não integrarem as listas de candidatos. Agradeceu a todos estes o contributo e trabalho desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos e, acima de tudo, relembrou algo que disse no início do mandato, que todas as críticas ali feitas não eram pessoais, mas sim de visões e estratégias políticas diferentes, no âmbito do concelho. -----

Rui Simplício disse que, provavelmente, aquela seria a sua última participação num órgão autárquico do concelho de Portalegre, passados que eram 38 anos de vida política. Lembrou que em 1979 se tinha tornado militante do PS. Aos 30 anos de idade, foi eleito membro da Assembleia Municipal de Portalegre e, aos 33 anos, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Portalegre. Lembrou também que foi fundador da Associação Nacional dos Autarcas do PS e da ANMP. No entanto, nesta sua despedida, disse que gostaria de enaltecer alguns dos funcionários que, na altura, faziam parte do quadro da autarquia, o que fazia, nas pessoas dos encarregados gerais: José Castelo, José Garção e Sr. Grilo. Na parte administrativa lembrou também pessoas que o marcaram, como o Sr. Eustáquio, a D. Fátima Capote, a D. Ascensão, a D. Maria Amélia, a D. Flora Garção, a D. Isaura e também o Dr. Paulo Bochechas. Quanto aos quadros técnicos lembrou o Eng.º Casaca e do Eng.º Carrapiço, para além de muitos outros que também o ajudaram, fora da Câmara, tendo referido o Eng.º Falcão, o Eng.º Sousa e o atual Vereador Pinto Leite, bem como os arquitetos Carrilho da Graça, Gonçalo Byrne e João Paciência, que muito contribuíram para que Portalegre seja uma cidade bonita. Lembrou ainda os Presidentes com quem trabalhou na Assembleia Municipal, João Maças, Fernando Canto e João Transmontano. Disse que não podia deixar de referir a Vereadora a tempo inteiro, Piedade Murta, amiga que muito prezava e que era o seu braço direito, bem como a Manuela Louro, que fez parte da Assembleia Municipal de Portalegre e que, infelizmente, já partira. Relembrou, também, o Vereador Casimiro Menezes, seu grande amigo nas horas difíceis e a quem não podia deixar de prestar aquela homenagem, no momento em que ia abandonar as suas funções políticas, na Assembleia Municipal.

Por último, deixou uma nota política comparativa entre esta Assembleia e aquela em que iniciou as suas funções, referindo que os debates eram diferentes, até na forma, pois a linguagem era mais cordata e, neste mandato assistiu não raras vezes, a sessões em que a linguagem não foi a mais apropriada para membros eleitos pelo povo portalegrense. Embora os tempos e as circunstâncias tenham mudado, não podia deixar de não manifestar ali, na sede própria essa mágoa. Já sobre políticas nacionais, referiu que o Primeiro-Ministro, líder do Partido ao qual pertencia, tinha vindo falar de descentralização que, do seu ponto de vista, é um passo importante a ser dado, mas acrescentou que só haverá descentralização se for alterada a lei eleitoral para as autarquias locais e as competências dos órgãos municipais. Por fim, desejou as maiores felicidades àqueles que concorriam às próximas eleições, pois sabia que iriam prestar um serviço à cidade de Portalegre e aos seus cidadãos, o que considera ser um ato de grande nobreza. Deu também a todos os que faziam parte da Assembleia Municipal de Portalegre, ao coordenador do seu grupo partidário, Raúl Cordeiro e a todos os vereadores uma palavra de estímulo e agradecimento. Terminou desejando a todos um grande bem haja. -----

João Janeiro pediu para intervir também. Disse que também tinha começado a sua intervenção política em 1979, quando se candidatou pela primeira vez à freguesia da Urra. Teve o privilégio de fazer campanha com o amigo Rui Simplício, que era uma pessoa que considerava amigo e um bom político. Deixou também um agradecimento público pelos onze anos que levava como Presidente de Junta de Freguesia da Urra e, em simultâneo, como membro da Assembleia Municipal, por inerência do cargo. Quis agradecer aos colegas do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

executivo da Junta, aos membros da Assembleia de Freguesia e à excelente equipa de funcionários da Junta de Freguesia, bem como à população que sempre lhe demonstraram carinho e lhe proporcionaram três vitórias com três maiorias absolutas. Deixou ainda um agradecimento especial à Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa e a todos os colegas daquela Assembleia Municipal, aos seus colegas Presidentes de Juntas de Freguesia e aos seus executivos, aos técnicos e funcionários da Câmara e dos SMAT. Realçou ainda a colaboração de três funcionários, pela ligação profissional, mais próxima, Fátima Ramalho, Paulo Bochechas e Armando Campino. Por fim, agradeceu a todo o executivo da Câmara Municipal. -----

João Cardoso, em nome da bancada da CLIP, disse que, ao contrário dos outros testemunhos, a sua experiência apenas começou em 2013 e a maioria dos membros do CLIP chegou ali sem experiência política. Por isso considerava que o presente mandato constituiu 4 anos de aprendizagem, de conhecimento do modo de funcionamento da cidade e dos serviços da Câmara, em particular. Deste modo, em nome da sua bancada, agradeceu a colaboração prestada, quer pelos membros das outras bancadas, quer a todo o executivo, pelo apoio dado. Em jeito de balanço reconhece que tiveram períodos bons, mas também tiveram alguns acidentes de percurso que serviram para aprender mais e que para conhecer melhor o funcionamento da Câmara e da Assembleia. Portanto, naquela última sessão em que estavam presentes, não podia deixar de agradecer aos funcionários da autarquia, particularmente aos que colaboraram com a Assembleia Municipal, porque foram fundamentais para os ajudarem em todo o processo no decurso do mandato que agora termina. -----

### Ordem do dia:

#### **1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

João Janeiro interveio para colocar duas questões. A primeira era relativa às candidaturas para a freguesia da Urra, pretendendo saber se já tinha alguma resposta concreta. A segunda era uma justificação da Presidente, pois quanto às reuniões do executivo camarário que houve pelas freguesias gostaria de saber porque é que não houve nenhuma na Urra.-----

A Presidente da câmara informou que, relativamente à freguesia da Urra, havia de facto uma candidatura, que tinha a ver com a eficiência energética e que abrangeria todas as freguesias, bem como a cidade, onde já estavam a ser substituídas algumas luminárias para led, tal como se prevê que aconteça nalgumas freguesias. Havia, de facto, mais candidaturas em execução, mas para a freguesia da Urra, era aquela a que estava prevista. Existiam ainda outras, numa etapa posterior. Relativamente à questão das reuniões, lembrou que não foi só na freguesia da Urra que não foram feitas reuniões. Tinham pensado fazer em todas para a segunda volta de reuniões nas freguesias e tinham estado a fazê-las por ordem alfabética. Provavelmente ainda haveria possibilidade de fazer em S. Julião e na Urra.-----

João Janeiro, ainda sobre as reuniões nas Juntas de Freguesia, disse que teria sido preferível uma melhor orientação do calendário das mesmas, para dar possibilidade a terem sido realizadas em todas. Mais disse que já calculava que não fosse feita nenhuma na Urra, porque a Presidente da Câmara também tinha prometido muitas outras situações para a Urra e não cumpriu, apesar de as pessoas lhe terem ido pedir pessoalmente. Lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal a Presidente também tinha dito que havia uma candidatura por causa dos esgotos, que corriam a céu aberto na freguesia da Urra mas, no entanto, tal candidatura nem existia. Tal situação preocupava-o deveras e gostaria de obter uma resposta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a algo que foi prometido, já para não falar de outras questões como a estrada do Assumar, com a qual a Presidente, também publicamente, tinha assumido arranjar, sem que o tivesse feito.-----

Relativamente ao relatório municipal, Hugo Capote disse que para além da pobreza da atividade municipal a que já estavam habituados, este relatório em particular era de uma pobreza ortográfica e de escrita que, sinceramente, não dignificava nem o concelho de Portalegre, nem a Assembleia Municipal. Solicitou à Presidente da autarquia que das próximas vezes, se ainda fosse responsável pelos relatórios, tivesse o cuidado de olhar para a forma como estavam escritos.-----

A Presidente da Câmara pediu para responder ainda sobre a questão anterior. Quanto à freguesia da Urra, disse que a sua promessa tinha sido arranjar a estrada e, efetivamente, tinham feito uma intervenção na estrada. Tiveram de priorizar as intervenções na estrada e embora não tivessem feito todas as que gostariam. Contudo, fizeram na Av.<sup>a</sup> de St.<sup>o</sup> António, no Carvalhal das Vinhas, no alargamento do Porto da Bouga, na Teixinha, Sovrete, Montinho, nos Fortios, na Alagoa, Monte de Carvalho e no Reguengo. Acrescentou que a intervenção da Urra/Assumar rondava os 240.000€ e se a tivessem feito já não teria sido possível fazer metade das restantes. Portanto, foi preciso priorizar e na Urra fizeram remendagem. Relativamente à questão do Bairro dos Apóstolos, falou-se na possibilidade de se fazer a intervenção no ano em curso, a qual teria de ser feita. Contudo, houve uma decisão do serviço de administração dos SMAT, em que a mesma não podia ser feita. No entanto, a autarquia assumiu recentemente a intervenção, para tentar que todas as ruturas ficassem sanadas e a redução que estava a ser feita da pressão iria ser monitorizada, para que não prejudique qualquer habitante. Naquele sentido, estava em crer que os SMAT, já tinham iniciado a intervenção e que a mesma iria ser acompanhada por técnicos experientes para ser controlada a pressão e para que nada faltasse àqueles cidadãos.-----

João Janeiro voltou a pedir a palavra, Referiu que a redução do caudal era uma medida fácil. Contudo, as consequências não seriam as melhores para a população, pois a pressão da água não era suficiente para as necessidades. Referiu que esteve com os funcionários dos SMAT no local e foi ele quem lhes disse onde a conduta passava, pois aqueles estavam a abrir buracos erradamente. Lembrou à Presidente da Câmara que o que foi prometido ao executivo da Junta e à população não foi a redução do caudal. Salientou que nos SMAT tinha sido aprovada a verba e anunciavam começar a obra sempre num semestre seguinte. Contudo, na sua opinião a verba foi desviada para outro lado qualquer. E voltou a concluir que, na verdade, nas outras freguesias foram feitas algumas intervenções, mas na sua não.-----

A Presidente da Câmara, em relação àquela questão, disse que o importante era resolver o problema, porque havia constantemente ruturas na canalização. Portanto, havia duas maneiras de o resolver: substituir a canalização ou diminuir a pressão da mesma. O que estavam a fazer era diminuir a pressão e os SMAT iriam monitorizar o processo, para que não falhasse a pressão nas casas. Disse também que as intervenções maiores tinham sido feitas na freguesia da Urra, pois a Zona Industrial, onde estavam a ser feitas as fábricas, estavam na área da freguesia da Urra e 1% do IMI de todas as obras iriam passar para a freguesia. Foi tudo uma questão de priorizar aquilo que tinha de ser feito nas várias freguesias, além de que para a estrada do Assumar existiam alternativas, enquanto noutras freguesias existiam estradas sem quaisquer alternativas para se transitar.-----

João Janeiro disse que já sabia que a freguesia da Urra era rica em todos os aspectos. No entanto, disse à Presidente da Câmara que ficava satisfeito com o investimento dos 47 milhões da empresa Jerónimo Martins e de outras parecidas. Lembrou que outros



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

investimentos houve, como foi o da “Casa da Urra”, mas desse a Presidente da Câmara não falava porque a estrada que lhe dava acesso não era a mais indicado; Também na estrada para o Assumar existe uma agro-indústria de milhões, mas os camiões não queriam lá ir levar os produtos devido à falta de condições na via. Também nessa estrada se situa a “Adega dos Muachos” e o turismo rural do Monte Airoso. Portanto, para além dos proprietários se queixarem, as más vias afastam as pessoas de ir para aqueles montes, o que as prejudica e á economia local. Era preciso que olhar para as prioridades das pessoas, dos seus investimentos e mesmo doutros que pudessem aparecer. Perguntou à Presidente se considerava suficiente a intervenção da Câmara no local em causa.-----

A Presidente da Câmara disse que o caminho que ia ter à “Casa da Urra” era privado e tinha sido dada a devida resposta ao proprietário acerca do mesmo. Relativamente aos outros, lembrou que alguns tinham sido resolvidos em tribunal.-----

João Janeiro disse que o caminho para a “Casa da Urra” era público e a intervenção tinha sido sempre feita pela Câmara.-----

### **2 - Atas n.º 27 e 28, relativas à reunião ordinária realizada em 30 de junho e extraordinária de 28 de julho de 2017;**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor, 3 abstenções (Sara Cid, Luís Alentejano e Maria da Conceição Miranda, aprovar a ata n.º 27.-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com e 20 a favor, 7 abstenções (Sara Cid, Luís Alentejano, Conceição Miranda, Sílvia Relvas, Ana Carneiro, Marília Lação e Artur Correia), aprovar a ata n.º 28.-----

### **3 - Abertura de Procedimento - Ajuste direto para aquisição de serviços de “ Controlo analítico da qualidade da água e efluentes - Compromisso plurianual;**

- Deliberações de 29.05.2017 e 21.08.2017 -

A Presidente da Mesa lembrou que o assunto já tinha ido à reunião e não tinha sido retirado para a realização de diligências complementares. Voltava agora com mais informação e para obtenção da autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais.-----

Raúl Cordeiro disse que aquele era um caso paradigmático de como, não raras vezes, os assuntos iam mal preparados pelo executivo, para as sessões daquela Assembleia Municipal. Se o assunto, logo pela primeira vez, tivesse ido com toda a informação não teria sido objeto da discussão suscitada e teria sido votado imediatamente.-----

João Cardoso disse que não se recordava da falta de elementos, na última sessão da Assembleia. Recordava-se sim da hipótese daquele serviço poder ser prestado pelo Instituto Politécnico de Portalegre.-----

Raúl Cordeiro disse que bastava um exercício de aritmética simples, sobre os documentos de suporte. Da primeira vez a documentação de apoio àquele assunto tinha 12 páginas, agora tinha 25. Portanto, agora já se sabia quem eram as entidades certificadas pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, para poderem fazer aquele controlo analítico. O que era suficiente para não se ter colocado a questão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Cardoso disse que bastaria consultar a ata, porque a única coisa que tinha sido questionado foi o facto de se estar a adjudicar o serviço a uma empresa fora de Portalegre, quando o Instituto poderia fazê-lo. Supunha que aquela lista tinha sido incluída apenas para demonstrar a inviabilidade em questão.-----

Hugo Capote disse que não tinha havido qualquer tipo de cooperação estratégica entre as entidades do nosso concelho, pois aquele serviço poderia ser prestado por entidades de cá. Lamentava que pessoas menos capazes continuassem a candidatar-se.-----

Não havendo mais intervenções, o assunto foi colocado a votação.-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 a favor (13 CLIP e 4 CDU), 9 abstenções (7 PS e 2 PSD) e 1 voto contra (Luís Testa), aprovar a abertura do procedimento.-----

### **Declaração de voto - PS (Luís Testa)**

“ O meu voto contra reside que esta não seja neste momento a única alternativa relativamente à prestação deste serviço ao município de Portalegre, mas tão só pelo facto do município de Portalegre, na presente necessidade de contratação de um serviço, não tenha sabido ele próprio promover com outras entidades residentes no nosso espaço geográfico e que criam aqui riqueza e que têm condições para criar aqui ainda mais riqueza. Que não tenha sabido o município de Portalegre criar as condições necessárias para que este serviço, que não é de uma complexidade assim tão exagerada como isso, e cuja certificação não é tão inalcançável quanto isso, não possa aqui estar sediado no concelho e no distrito de Portalegre e com isso defender também aquilo que é a nossa economia, criando postos de trabalho e dotando as nossas entidades de mais mecanismos que possam multiplicar aquilo que é o fruto do aspendio nosso erário público, mas também a captação de receitas vindas do exterior do nosso território, com a prestação desses próprios serviços.”-----

João Cardoso disse que lamentava o comentário feito pelo membro Hugo Capote pois, em democracia, tinha de haver respeito por todas as outras pessoas que, democraticamente, se candidatavam.-----

### **4 - 3.ª Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre de 2017.**

- Deliberação de 06.09.2017 -

Não houve intervenções.-----

O assunto foi colocado a votação.-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre de 2017.-----

### **5 - Pedido de isenção de taxas, apresentado pelo Centro de Bem-Estar e Social da Urra, relativo ao processo 14/2017 - Ampliação de instalações, no prédio sito na Rua da Igreja, na Freguesias da Urra, propondo o reconhecimento público do empreendimento.**

- Deliberação de 06.09.2017 -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa disse que à Assembleia Municipal apenas cabe “aprovar” o reconhecimento público do empreendimento.-----

A Assembleia Municipal cabe, pois, apenas aprovar uma deliberação tomada sobre o assunto.

Porém, a deliberação tomada pelo executivo limita-se a dizer que sobre o assunto, “tomou conhecimento”.

Raúl Cordeiro pediu a palavra para deixar registado, mais uma vez, o especial desagrado, facto de a Assembleia Municipal não merecer, em cada um daqueles pontos, por parte do executivo, uma explicação técnica, por pequena que fosse.-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o pedido de reconhecimento público formulado pelo Centro da Urra.-----

### Aprovação da ata em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 27 presentes na sala.-----

**FALTAS:** Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta a Jorge Isidro Domingues.-----

Em modo de conclusão do mandato, e antes de dar a sessão por encerrada, a Presidente da Mesa dirigiu palavras de agradecimento a todos os autarcas presentes que consigo fizeram o percurso daquele ciclo, que agora se fechava, após quatro anos. Agradeceu, em particular, àqueles que, de forma positiva, independentemente dos posicionamentos ideológicos subjacentes, contribuíram para que as decisões que ali foram tomadas, no âmbito da fiscalização da atividade municipal, tivessem sido as melhores possíveis para o Município.

Desejou que no dia 1 de outubro a população saiba responder e reposicionar Portalegre no caminho do futuro e disse esperar também que, quem ganhe que ganhar as eleições, não perca tempo a vangloriar-se da vitória e que quem não as ganhe também não o perca a digerir as derrotas, começando, desde o 1º dia pós-eleições, a estabelecer pontes e entendimentos para os próximos quatro anos.

Disse ainda que acreditava que quer os presentes quer os próximos candidatos desejam, com certeza, que Portalegre esteja no sítio onde merece.

Agradeceu a todos a compreensão por eventuais falhas que tivesse cometido e disse que a experiência que este mandato lhe tinha proporcionado, apesar de alguns percalços, tinha sido altamente enriquecedora. Mais disse que se há sítio onde as pessoas se revelam é precisamente nestes palcos e nestes fóruns, mais do que propriamente nas suas profissões, onde os mesmos protagonistas tem posturas por vezes bastante diferentes e que é muito bom conhecer os nossos agentes políticos.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 21.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 22:30, do dia 15 de setembro do ano de 2017 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.